

## **Trabalho com direitos enquanto condição essencial para a emancipação da mulher, a realidade do distrito de Bragança**

*Intervenção de Fátima Bento*

O nosso Congresso é um importante momento de reflexão, reflexão alicerçada no papel que assumimos, um papel específico na luta organizada e na reivindicação em defesa dos direitos das mulheres, pela igualdade e pela emancipação.

O contributo do núcleo de Bragança para a discussão é a história da vida de muitas mulheres transmontanas, amarradas a uma vida de dificuldades acrescidas, trabalho sem direitos, precariedade, desemprego, desigualdades, horários desregulados, atropelos à sua dignidade, empobrecimento, ausência de muitas respostas dos serviços públicos. Para estas mulheres a participação política, social, cultural é para as outras, entre as obrigações familiares, os pressupostos que as conduzem entre a urgência em pagar as contas e apoiar a vida familiar rouba-lhes a independência económica e autonomia que muitas já nem sabem que podem reivindicar.

O trabalho com direitos não é apenas uma frase reivindicativa que Bragança usou já várias vezes nas manifestações nacionais do MDM, é uma exigência que comporta com ela a justiça social que tem tardado a chegar a estas mulheres do nordeste transmontano. Sem um trabalho com direitos não é possível a emancipação da mulher, não é possível afirmar a igualdade efetiva na vida. E é também por isso que cresce a participação das mulheres desta região na manifestação nacional, porque muitas já perceberam que não podem ficar à espera, é preciso exigir e gritar bem alto!

Quando as trabalhadoras de apoio a idosos, auxiliares entre outras, que prestam um serviço fundamental nas inúmeras instituições desta região, são obrigadas a ter um segundo emprego porque este não lhes permite pelo menos fazer face às despesas mensais, porque o seu trabalho não é valorizado, porque lhes é vedada a carreira profissional e a sua progressão. Quando as trabalhadoras da Varandas de Sousa recebem um subsídio de almoço que não dá nem para tomar o pequeno-almoço, não é isto entrave à sua emancipação, à sua autonomia?

Quando estas trabalhadoras contraem doenças decorrentes do tipo de trabalho que realizam dia após dia. Desde a dureza de prestar cuidados a idosos, a trabalhar numa fábrica a subir e descer o escadote para colher o cogumelo, que a par do salário

insuficiente as obriga a levar para casa as mais variadas doenças músculo-esqueléticas e consequências que os seguros de saúde da empresa não querem cobrir, não é isto uma barreira, às vezes de forma definitiva, ao cumprimento dos direitos das mulheres?

Quando são sujeitas a um tratamento abusivo por parte de chefes e patrões, por as considerar mais frágeis, mais vulneráveis no mercado de trabalho, exercendo violência diária sobre elas, elevando os ritmos de trabalho, normalizando horário desregulados e excessivos, controlando os tempos para ir à casa de banho, com consequências graves para a saúde mental destas mulheres, não é isto impedir a emancipação destas mulheres, impedir a concretização da igualdade?

Mas a realidade destas mulheres em concreto, as auxiliares que trabalham em instituições de solidariedade social e as operárias que trabalham na fábrica de produção de cogumelos, que usamos aqui a título de exemplo e porque são representativas dos abusos aos direitos das mulheres, não é um desígnio fatal, é a vida que as querem obrigar a viver, vida essa que estas já não querem para elas. A luta destas trabalhadoras assim a evidência, na Varandas de Sousa organizaram-se no seu sindicato de classe, fazem plenários, fazem greve, denunciam os abusos verbais e psicológicos por parte dos chefes e patrões, não desistem do seu caderno reivindicativo. Em igual medida cresce a luta das trabalhadoras nas instituições de solidariedade social, afirmando desta forma o direito ao trabalho com direitos, a valorização dos salários, a regulação dos horários, o direito ao subsídio de turno, a conciliação entre a vida profissional e pessoal, o direito à igualdade.

A consciencialização de direitos e a exigência em que se cumpram é um dos passos determinantes para estas mulheres em concreto, tal como o é para todas nós, e é esta força que concretizará a igualdade na vida, a emancipação e a liberdade de participar em todas as esferas da vida pública. E no nordeste transmontano a caminhada já começou com a confiança de que a cada passo tudo é possível transformar, é assim a força das mulheres em movimento por direitos, igualdade e justiça social e paz.